



**SINDICATO DOS
TRABALHADORES
DOS IMPOSTOS**

NOTA INFORMATIVA | Nº 20/2016 | A TODOS OS TRABALHADORES | 24/10/2016

CONFERÊNCIA SOBRE AS FUNÇÕES SOBERANAS DO ESTADO

Campus da Universidade
Católica de Lisboa
ANFITEATRO 1

Realizou-se no passado dia 20 de outubro, na Universidade Católica, uma importante e inédita conferência sobre as funções soberanas do Estado. O contexto em que se realizou foi especial, porque foi uma iniciativa inédita em Portugal, para o sucesso da qual muito contribuiu o esforço de todas as organizações envolvidas e a boa vontade dos seus dirigentes. Neste contexto, o STI apenas tem que saudar todos os colegas presentes, aproveitando também esta oportunidade para contextualizar a iniciativa e os seus objetivos a todos os sócios do Sindicato.

Nasceu esta iniciativa de uma reunião inicial entre os dirigentes de quatro sindicatos (STI, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Sindicato do Instituto dos Registos e Notariado e Sindicato dos Funcionários Judiciais). O objetivo inicial era o de chamar a atenção dos governantes, partidos políticos e cidadãos para os aspetos comuns que afetam os trabalhadores destas carreiras, entre os quais o facto de ainda não terem sido revistas, ou o facto de algumas destas terem perdido o vínculo. Outro aspeto importante e, desde logo, partilhado por estas organizações, foi o sentimento de que juntos eramos mais fortes e que a entre ajuda, em determinadas situações, seria a melhor resposta que poderíamos dar aos nossos detratores.

Foi assim que, depois das reuniões iniciais, e estando a discutir que iniciativa poderia concretizar e dar corpo a esta reunião de vontades, decidimos alargar o âmbito destes encontros a outras organizações sindicais ou associações de órgãos de soberania. As quais rapidamente aderiram a estes encontros. Entretanto, no âmbito destas reuniões, começou a germinar a ideia de realizar uma conferência sobre as Funções Soberanas do Estado, que todos exercemos. Desde que foi adotada esta iniciativa, ficou claro que não faria sentido serem as organizações, ou os seus representantes, a falarem sobre a relevância das respetivas carreiras. Quer porque era redundante, uma vez que já todos o fazem em sede própria, quer porque desvalorizaria a credibilidade da iniciativa, uma vez que estaríamos a fazer uma defesa de causa própria, perante colegas de outras entidades, cujos problemas de fundo são comuns.

Foi assim decidido que, para abordar cada um dos campos de ação em que cada organização exerce a sua soberania, seriam convidados professores universitários ou personalidades de reconhecido mérito, aos quais, além desses factos, fosse reconhecida isenção para falar sobre estas matérias. Só assim esta iniciativa teria credibilidade e utilidade presente e futura para os trabalhadores das organizações envolvidas.

No caso dos impostos e das alfândegas, tivemos o prazer de ter como orador o Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira, cuja carreira académica e cívica é por todos reconhecida. Só temos, pois, que agradecer a sua intervenção e regozijarmo-nos por ter podido contar, entre a fileira dos que consideram a nossa carreira nuclear, personalidade tão ilustre e reconhecida entre os portugueses.

Outro objetivo desta iniciativa foi o de estreitarmos laços com colegas de diferentes setores e de, assim, começarmos a conhecer os seus problemas e formas de atuação. Para tal, nunca estive nos planos da organização serem os dirigentes, e muito menos os presidentes, das entidades organizadoras, a fazerem a apologia da importância da sua função. Pelos motivos expostos. E porque isso era um dado adquirido á partida. Nesta ocasião, aos dirigentes cabia a tarefa, se necessária, de questionar os oradores. Foi isso que aconteceu de forma salutar e profícua.

A partir dos axiomas veiculados nesta conferência sobre a nossa carreira – nomeadamente, que exercemos uma carreira soberana, porque essencial para a existência do Estado Português, que deve ser respeitada e valorizada -, a que, no nosso caso específico, juntaremos aqueloutro que a Dra. Cândida Almeida verteu num texto panegírico sobre as funções exercidas pelos trabalhadores da AT, estamos mais seguros da razão que nos guia para voltar a ter o vínculo de nomeação. Por outro lado, e em relação a esta reunião de organizações, partiremos para outra fase da sua existência. Continuaremos, pois, a trabalhar em conjunto para alcançar o que nos é justo e devido. Mas também para, em conjunto, resolvermos e defendermos as nossas causas.

Reiteramos, por fim, que esta foi uma iniciativa inédita em Portugal, só concretizada pelo espírito abnegado, aberto e construtivo de todos os dirigentes das diversas entidades envolvidas. Ter estado o STI na base da sua realização é um facto que a todos deve deixar orgulhosos.



MANHÃ

10h00m Recepção dos convidados

STI – TÃO FORTE QUANTO QUISERMOS!

10h45m

Defesa, Política Externa e Segurança

Saudações Sindicais

A Direção

Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira

António Almeida de Moura, Capitão-de-Mar-e-Guerra

Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

MODERADORA Luísa Meireles, Jornal Expresso

TARDE

15h00m

Justiça e Finanças

Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira

Professor Doutor Luís Fábria

Professor Doutor José Lobo Moutinho

Professora Doutora Mónica Jardim

MODERADOR Vítor Costa, Jornal Público

17h30m

Encerramento da conferência

pela Reitora da Universidade Católica

Professora Doutora Maria da Glória Garcia

CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO
COIMBRA